


Diálogos


ISSN 2177-2940



Pedro do Coutto e a escrita escolar da Guerra do Paraguai nas primeiras décadas do século XX no Brasil

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v29i3.78501>

André Mendes Salles

 <https://orcid.org/0000-0001-7533-8768>

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-PE, BR

E-mail: andre.salles@ufpe.br

Pedro do Coutto and school writing on the Paraguayan War in the first decades of the 20th century in Brazil

Abstract: Pedro do Coutto was a teacher at Colégio Pedro II in the early decades of the 20th century. In 1918, he published a textbook entitled "Points of Brazilian History," which aimed to summarize "points of the curriculum for the History of Brazil course at Colégio Pedro II." In light of the curricular and historiographical issues of the time, this article seeks to analyze the textbook's approaches to school knowledge about the Paraguayan War. The analysis of the textbook in question presupposes the existence of links between centers of historical knowledge production—be they historical institutes or universities—and the production of school knowledge.

Key words: school writing of history. Pedro do Coutto. Paraguayan War.

Pedro do Coutto y la escritura escolar de la Guerra del Paraguay en las primeras décadas del siglo XX en Brasil

Resumen: Pedro do Coutto fue profesor en el Colegio Pedro II a principios del siglo XX. En 1918, publicó un libro de texto titulado "Puntos de Historia de Brasil", cuyo objetivo era resumir los puntos del currículo de Historia de Brasil en el Colegio Pedro II. A la luz de las cuestiones curriculares e historiográficas de la época, este artículo busca analizar los enfoques del libro de texto sobre el conocimiento escolar en torno a la Guerra del Paraguay. El análisis del libro de texto en cuestión presupone la existencia de vínculos entre los centros de producción de conocimiento histórico —ya sean institutos históricos o universidades— y la producción de conocimiento escolar.

Palabras clave: escritura de la historia escolar. Pedro do Coutto. Guerra del Paraguay.

Pedro do Coutto e a escrita escolar da Guerra do Paraguai nas primeiras décadas do século XX no Brasil

Resumo: Pedro do Coutto foi professor no Colégio Pedro II nas primeiras décadas do século XX. Em 1918 publicou manual didático intitulado Pontos da História do Brasil, cujo objetivo foi sintetizar “pontos do programma da cadeira de Historia do Brasil do Collegio Pedro II”. À luz das questões curriculares e historiográficas da época, busca-se analisar abordagens do manual em tela em relação ao conhecimento escolar Guerra do Paraguai. A análise da obra didática em questão faz pressupor que existam vínculos entre os centros de produção do conhecimento histórico – sejam eles institutos históricos ou universidades – e a produção de saberes escolares.

Palavras-chave: escrita escolar da história. Pedro do Coutto. Guerra do Paraguai.

Recebido em: 19/08/2025

Aprovado em: 31/01/2026

Parte-se do entendimento de que o livro didático é um “artefato [que] está intimamente ligado ao processo de disciplinarização dos saberes escolares” (OLIVEIRA, 2009, p. 13), estando em “estreita relação biunívoca” com a “disciplina que o usa como recurso didático” (STAMATTO, 2009, p. 23). Tanto na elaboração curricular em geral, quanto na produção de materiais didáticos, em específico, é realizado um processo de seleção de conteúdos e saberes. Dito isto, é preciso levar em consideração que no processo de produção de livros didáticos, os autores/editoras levam em conta as exigências do currículo, já inscritas nas políticas curriculares, pois visam ter seus livros aceitos pelos órgãos públicos de Educação e tê-los adotados e utilizados pelas escolas públicas e particulares. Dito de outra maneira, além da própria ciência de referência, o currículo prescrito é uma das referências para a produção de materiais didáticos.

Outra questão a ser destacada diz respeito ao processo de seleção dos conteúdos curriculares que compõe os currículos e os livros didáticos. Nesse processo existem conflitos diversos, tanto concernente aos conteúdos em si, como relativos à forma como serão abordados, teórica e didaticamente. Nesse sentido, entende-se aqui a produção de livros didáticos, assim como a elaboração curricular, como um “terreno de grande contestação, fragmentação e mudança” (GOODSON, 1997, p. 27). Em outras palavras, a produção de livros didáticos de cada época reúne tensas discussões e conflitos, como, por exemplo, os discursos legitimadores da disciplina de referência – e suas instituições – assim como as questões de ordem político-pedagógica, referenciadas nas (re)definições curriculares.

Pedro do Coutto foi um autor de manuais didáticos de História e professor do Colégio Pedro II nas primeiras décadas do século XX. Escreveu, em 1918, um importante manual didático usado pelos estudantes do colégio, intitulado *Pontos da História do Brasil*. O objetivo do livro era sintetizar “pontos do programma da cadeira de Historia do Brasil do Collegio Pedro II”. Segundo Gasparrelo (2004), a docência foi a principal atividade desenvolvida por Coutto. Exerceu a atividade docente em diversas instituições de ensino na capital carioca, como no Colégio Pedro II – no qual foi professor catedrático de História do Brasil no Internato –, na Escola Normal, além de outras instituições mantidas pela prefeitura. Além de atuar como professor de História lecionou também matemática. De 1926 a 1930, Coutto chegou a assumir a função de Diretor da seção de internato do Colégio Pedro II.

De acordo com Nadai (1992-93), o ensino de História foi introduzido oficialmente nos currículos da escola secundária brasileira com a fundação do Colégio Pedro II, em 1838. Até as primeiras décadas do período republicano, o Colégio Pedro II era considerado um dos principais – senão o principal – colégio secundário brasileiro, constituindo-se como uma referência, inclusive

curricular, para outras instituições educacionais (VECHIA e LORENZ, 1998). Conforme Vechia e Lorenz (1998):

Através dos anos, os programas de ensino do Colégio [Pedro II] exerceram influências, ainda que de forma indireta, sobre as escolas secundárias existentes nos meados do século XIX e as que surgiram em número crescente até o final do Império e inclusive nos primeiros anos da República. [...]

Os demais colégios eram incentivados a adequar os seus currículos e programas aos do Colégio Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. A lógica exigia, portanto, a adoção ou emulação desses programas pelos colégios provinciais ou particulares.

No período republicano a influência do Colégio se fazia sentir de forma direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio de Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. Pretendia-se, dessa forma, a melhoria da qualidade do ensino secundário pela padronização e funcionamento dos colégios em todo o país (p. vii-viii).

A temática Guerra do Paraguai aparece pela primeira vez no currículo do Colégio Pedro II¹, no “Programa de ensino para o anno de 1877”, quer dizer, aproximadamente 7 anos após a finalização do conflito². Contudo, estava inscrita não no programa de “História do Brasil”, que só chegava até a independência (1822), mas no de “História Contemporânea”, intitulado apenas como “Guerra do Paraguay”³. No Programa de ensino de 1878, a temática desaparece do currículo para retornar no programa seguinte, de 1882, desta feita no “Programa de ensino de Historia e Chorographia do Brazil”, com o título: “Guerra contra a Banda Oriental na República Oriental do Uruguay, 1864 a 1865. Intervenção indébita do dictador Francisco Solano Lopes. Guerra contra o Paraguay, 1864-1870” (VECHIA e LORENZ, 1998, p. 108)⁴.

Os termos pelos quais esse tema se fez presente no programa de 1882 já sugere a abordagem a ser seguida, denotada pela expressão “intervenção indébita do ditador López”. Esse mesmo texto reaparece nos programas de ensino seguintes, os dos anos de 1892, 1893, 1895 e 1898. Parte-se do

¹E muito provavelmente, pela primeira vez, no currículo da educação secundária brasileira.

²Vechia e Lorenz (1998) organizaram em um livro os programas de ensino da escola secundária brasileira de 1850 a 1951. Nesse livro documental obtivemos as informações a respeito dos programas de ensino do Colégio Pedro II.

³No programa de História Contemporânea é indicado o livro “Resumo da Historia Contemporânea por um professor”, sem mais indicações. Acreditamos que tal livro possa ser uma apostila de algum professor da instituição. No Programa de “Historia do Brazil”, o livro *Lições de Historia do Brazil*, de Joaquim Manoel de Macedo é indicado. (VECHIA e LORENZ, 1998).

⁴O livro *Lições de Historia do Brazil*, de Luiz de Queiroz Mattoso Maia é indicado nos programas de ensino de 1882, 1892, 1893, 1895, 1898, nos quais o Colégio se encontrava com o nome *Gymnásio Nacional* nos quatro últimos programas, só voltando a se chamar Collegio de Pedro II no ano de 1911. A alteração do nome do prestigiado colégio se deu devido à mudança do regime político para o republicano, em 1889. Esta atitude buscava apagar da memória recente do Brasil os feitos e instituições relacionados ao regime precedente, sobretudo àquelas ligadas à figura do antigo imperador. (VECHIA e LORENZ, 1998).

pressuposto de que as aulas e os livros didáticos produzidos nesse período tenham seguido esta orientação já pré-determinada nesses mesmos programas de ensino. Em relação ao programa de ensino de 1912, o tema Guerra do Paraguai aparece justaposto na expressão genérica “O Segundo Império”, ficando o conteúdo implícito. No programa de 1915, organizado por Escragnolle Doria e João Ribeiro, o referido conteúdo voltou a se tornar explícito no currículo, intitulado apenas de “Guerra do Paraguay”⁵. (VECHIA e LORENZ, 1998).

Boa parte dos manuais didáticos escritos entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX – dentre eles o de Coutto (1920)⁶ –, trazia informações na capa ou no próprio título/subtítulo da obra, indicando o *lugar institucional* do escritor, como: *professor do Colégio Pedro II, professor do Gymnasio Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Membro da Academia Brasileira de Letras*, dentre outros. Pressupõe-se que tal fato não seja apenas uma preocupação em indicar ao público leitor o lugar-institucional do autor, mas uma estratégia editorial para transmitir confiabilidade à obra – a partir do lugar de relevo daquelas instituições – perante seu público leitor e perante os órgãos públicos responsáveis pela avaliação, indicação e adoção do livro. Pedro do Coutto (1920) chega a afirmar, em seu prefácio, que o seu livro foi organizado segundo os “pontos do programma da cadeira de História do Brasil do Collegio Pedro II”.

Em longo prefácio, Coutto faz questão de deixar clara a sua posição política, se autodenominando como um “radical republicano”. O autor já antecipa que, em relação a alguns temas, se desvia, se distancia de interpretações que são correntes e hegemônicas. A Guerra do Paraguai é um desses temas. O autor questiona o papel histórico exercido pela princesa Isabel, defendendo que sua ação em relação à abolição da escravidão teria sido secundária, pois “ella [princesa Isabel] se viu sem forças para se oppôr á formidável pressão do povo brasileiro” (p. 7); quanto à Guerra do Paraguai, o autor afirma que a mesma foi gestada e mantida pela política imperial e pela vontade pessoal de Pedro II. E continua:

Acontecimento histórico de cuja habitual apreciação eu me desvio neste trabalho é a guerra do Paraguay. Estudando-a em suas origens, analysando o seu desenvolvimento e apreciando com justeza – sem demagogia nem cortezanice – a attitude do governo imperial para com as republicas sul-americanas, um escriptor de mediana sinceridade deve concluir contra a maneira por que essa guerra foi provocada e conduzida pelo Brasil.

Não defendo Lopez, que reputo um caudilho como os seus êmulos de todos os tempos, mas **accuso a política**

⁵Os programas de ensino de 1926 e 1929 indicam, dentre outros, o livro *Pontos da História do Brasil*, de Pedro do Coutto, livro examinado neste texto. (VECHIA e LORENZ, 1998).

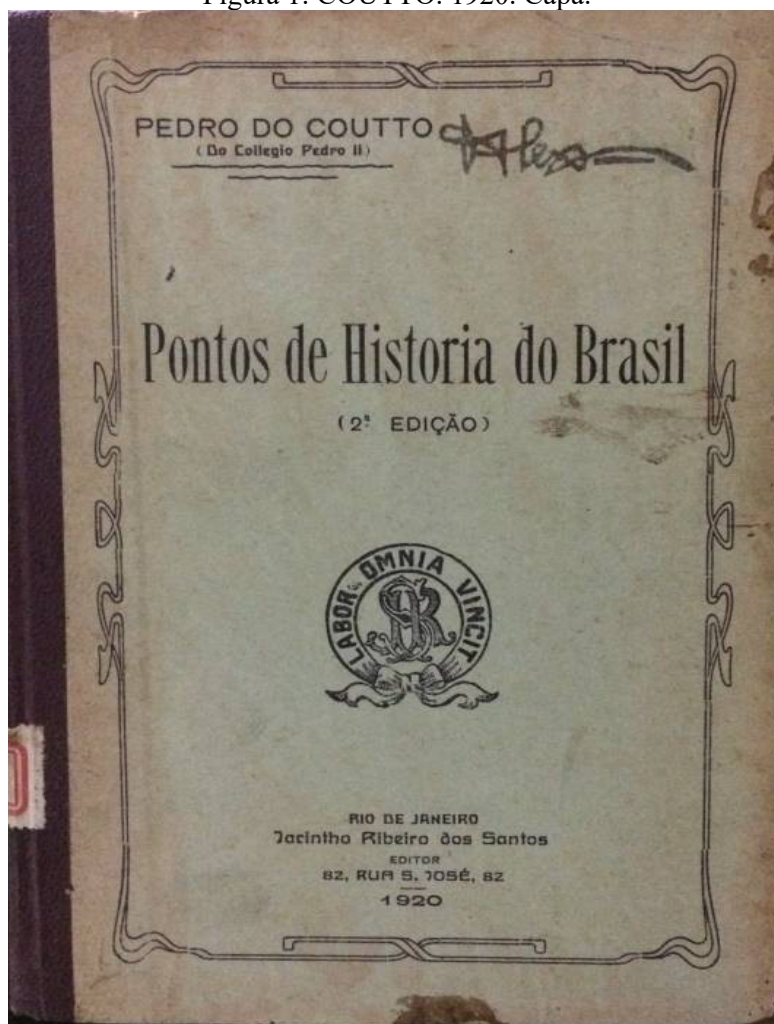
⁶Segundo Gasparello (2004), a primeira edição de *Pontos da História do Brasil*, de Pedro do Coutto, se deu em 1918. Examinamos a edição de 1920, edição a que tivemos acesso.

SALLES, André Mendes. Pedro do Coutto e a escrita escolar da Guerra do Paraguai nas primeiras décadas do século XX no Brasil

imperial, que, com a sua ingerência indébita nos negócios alheios, determinava o ódio ao povo brasileiro e conseqüentemente luctas desnecessárias e deshumanas (COUTTO, 1920, p. 10-11) (grifos nossos).

Cabe lembrar que a edição analisada do livro de Coutto é a de 1920 e, ainda em 1898, se afirmava, nos programas do Colégio Pedro II, da “intervenção indébita do ditador López”. Aqui o autor inverte a discussão, pondo o Império do Brasil como aquele que realizara a “ingerência indébita nos negócios alheios”. O objetivo do presente texto é, à luz das questões curriculares e historiográficas da época, analisar as abordagens do manual em tela em relação ao conhecimento escolar sobre a Guerra do Paraguai.

Figura 1: COUTTO. 1920. Capa.



Fonte: Acervo do autor.

Pedro do Coutto e a escrita escolar da História da Guerra do Paraguai no Brasil

Para Pedro do Coutto (1920), as razões para a Guerra do Paraguai devem ser buscadas no imperialismo brasileiro e em suas constantes intervenções nas repúblicas do Prata. Como

mencionado anteriormente, Coutto (1920) sustentou que as razões para a Guerra do Paraguai repousaram nas atitudes imperialistas do Governo brasileiro, centrada na figura de D. Pedro II. O autor é enfático ao afirmar que “a responsabilidade única da guerra cabe ao governo imperial” (p. 209). Ao concentrar a culpa pela “provocação” e “manutenção” da guerra na figura de D. Pedro II, afirma:

[...] **Só ao capricho de Pedro II se deve sua provocação e manutenção** [do conflito]. É bem verdade que López há muito se preparava para guerra; entretanto, de nenhum modo isso deve causar admiração, dada a desconfiança que o Brasil então inspirava às republicas vizinhas (COUTTO, 1920, p. 213) (Grifos nossos).

O imperialismo brasileiro, para Coutto (1920), se confunde com as próprias vontades e caprichos do imperador Pedro II. O autor partiu do pressuposto de que a militarização do Estado paraguaio se constituiu como uma forma desse país se precaver e se defender da ameaça constante que representava o Brasil na região Platina. Segundo o manual analisado, a interferência brasileira no Uruguai gerou a manifestação do governo paraguaio por dois motivos: primeiro porque houve uma solicitação de ajuda do governo uruguaio a Solano López, que conforme o autor, “estava na obrigação de zelar pela independência do Uruguay” (p. 208). Mas também porque o governo paraguaio se sentia ameaçado com a atuação do governo imperial no Uruguai:

Solano López, oferecendo sua mediação, obrava até certo ponto em defesa própria, visto que, dados os precedentes do governo imperial era bem possível que após o esmagamento do Uruguay, chegassem até sua pátria os ecos do triunfo (COUTTO, 1920, p. 208).

O aprisionamento do Marquês de Olinda aparece em Coutto (1920) como uma consequência das relações conflituosas que se estabeleceram entre o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. Contudo, o autor destaca que o Marquês de Olinda foi aprisionado “sem declaração de guerra” (p. 208). Tendo em vista o que foi exposto até aqui, podemos vincular as concepções de Coutto (1920), em relação às razões para a Guerra do Paraguai, à corrente historiográfica ligada aos *positivistas ortodoxos*.⁷

Importante, neste momento, abrir um pequeno parêntese a respeito da historiografia da Guerra do Paraguai na primeira metade do século XX, como forma de se entender o contexto da obra didática de Coutto. As primeiras narrativas brasileiras em torno da Guerra do Paraguai privilegiaram enfoques de estratégias de guerra e de enaltecimento de comandantes militares brasileiros⁸. As narrativas em tela se configuraram mais em uma perspectiva memorialístico-patriótica do que por uma análise histórica propriamente dita. Assinalavam para o governo

⁷Sobre a historiografia dos positivistas ortodoxos sobre a Guerra do Paraguai, Ver: Texeira, 2019; Maestri, 2016.

paraguaio – personificado na figura do presidente Francisco Solano López, apresentado como um *tirano megalômano* – como o responsável direto pelo início do conflito. Essa foi uma forma hegemônica de se narrar o conflito no Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Apesar de hegemônica, a perspectiva memorialístico-militar-patriótica sobre a Guerra do Paraguai sofreu questionamentos já nos primeiros anos do período republicano. A esse respeito diz Doratioto:

A legitimidade da guerra passou a ser questionada pelos positivistas brasileiros, após o golpe militar que derrubou o Estado Monárquico em 1889, e instalou a República no Brasil. A nova realidade política era ambígua quanto a Guerra do Paraguai, pois os dois militares de maior patente que participaram do golpe, Generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, haviam lutado no conflito com reconhecida bravura e não manifestaram dúvidas quanto a sua validade. Contudo, o novo regime republicano tinha embasamento ideológico positivista e intelectuais adeptos deste pensamento, coerentes com seu caráter pacifista, condenaram a Guerra do Paraguai. Eles também atuaram, assim como outros aderentes da República, com a finalidade de justificar a nova realidade política brasileira e uma forma de fazê-lo era criticando homens e acontecimentos da história do Brasil Monárquico, inclusive o conflito com o Paraguai (2009, p. 4).

Os positivistas ortodoxos, enquanto republicanos convictos, buscaram questionar os feitos do Império, pondo em xeque toda a política imperial. Nesse sentido, teceram profundas críticas em relação à atuação do Brasil na Guerra do Paraguai. Nas primeiras décadas da instalação do regime republicano no Brasil, estabeleceu-se certa ambiguidade com respeito à Guerra do Paraguai, pois ao mesmo tempo em que os intelectuais *positivistas ortodoxos* brasileiros, ligados ao novo regime, tentavam desconstruir a imagem dos feitos em relação ao conflito, inevitavelmente associados ao Governo Imperial, *personagens* que haviam participado da guerra ainda estavam vivos, relatando suas memórias, tecendo suas narrativas e interpretações acerca deste evento.

O início da República é não somente marcado pelo confronto de ideais políticos entre republicanos e restauradores monarquistas, mas também pelo confronto entre modos de construir uma História nacional, na qual a Guerra do Paraguai desempenhou um relevante papel⁹. Entre discursos e contradiscursos em torno das explicações acerca da Guerra do Paraguai, teria prevalecido como abordagem mais usual na historiografia brasileira e nos manuais didáticos de História, pelo menos até meados de 1970¹⁰, a perspectiva *memorialístico-militar-patriótica*. O

⁸Cabe aqui lembrar que esse era o momento em que a escrita da História estava centrada nos *grandes homens*, nos chamados *heróis nacionais*. Nessa perspectiva, podemos perceber, de maneira mais evidente, a questão da identidade nacional intrincada nas narrativas desta vertente historiográfica.

⁹Aqui podemos perceber o quanto a Guerra do Paraguai foi importante para se forjar uma certa identidade nacional.

¹⁰Sobre manuais didáticos e Guerra do Paraguai, ver: Salles, 2020; Salles, Batista Neto, 2020; Salles, Batista Neto, 2016.

manual didático de Coutto, em diversos sentidos, buscou justamente questionar essa perspectiva hegemônica a respeito da Guerra do Paraguai.

Coutto (1920), apesar de seguir a perspectiva dos positivistas ortodoxos em relação às razões para a Guerra do Paraguai, em certo momento de sua análise, levanta a possibilidade de a ambição de López ter causado a guerra: “É possível que a ambição de Solano López, como alguns sustentam, o levassem a provocar a lucta; mas do que não resta a mínima duvida é que a sua conducta, pugnando pela paz uruguaya, foi correcta e humana” (p. 209). Não obstante, mesmo reconhecendo a possibilidade acima, o autor se posiciona convictamente: “Assim teve fim essa guerra inglória e deshumana que a política estreita e egoística do império provocou e a que não soube dar termo digno” (p. 213).

É importante reafirmar que a interpretação mais corrente e usual no Brasil a respeito da Guerra do Paraguai, na época em que escreveu Coutto, era de natureza *memorialístico-militar-patriótica*, que associava a Guerra à figura de Solano López. Nesse sentido, o fato de um autor que sustenta, de forma enfática, uma perspectiva que aponta a “responsabilidade única” pelo conflito ao governo imperial, reconhecer a possibilidade de a “ambição de López” ter provocado a guerra, dá indícios da grande influência que exercia a interpretação *memorialístico-militar-patriótica* à época, mesmo entre aqueles que questionavam esta corrente de pensamento, como era o caso de Coutto.

Apesar de Coutto ter uma visão extremamente crítica em relação à Guerra do Paraguai e às atitudes do Império brasileiro frente à República daquele país, o Duque de Caxias era representado como “um grande sustentáculo do throno e um cabo de guerra de alta valia” (p. 198). Em relação ao presidente Paraguaio à época da contenda, Francisco Solano López, Coutto não imputa responsabilidade na origem do conflito. Para o autor, López foi um ditador que cometeu crimes, que possuía uma personalidade ambiciosa, petulante e com “tendências belicosas”, mas que apresentou “conducta correcta e humana” (p. 209) ao tentar preservar a paz no Uruguai.

Em relação à personalidade e ao papel histórico exercido por D. Pedro II durante o conflito, Coutto (1920) é contundente em suas críticas. Pedro II era visto no manual em questão como um governante que se aproveitava dos países menores em seu próprio proveito, sendo considerado um ‘perturbador’ da ordem interna dos países vizinhos, cuja “provocação” e “manutenção” da Guerra do Paraguai pode ser explicada a partir do seu “capricho” (p. 213):

O crime de aproveitar impiedosamente as energias e a resignação de um povo para lançá-lo a uma luta em terreno desconhecido e inhospito, por capricho, mesmo depois do inimigo propor por duas vezes a paz, constitue uma nodoa no reinado de Pedro II, chamado entretanto de rei magnânimo (COUTTO, 1920, p. 214).

No prefácio de *Pontos da História do Brasil*, de Coutto (1920), já é possível perceber a

concepção do autor:

[...] Quanto á conducta do governo imperial, Ella se revela na perseguição tenaz a um homem por capricho de outro homem, que lhe tinha ogeriza. E tão incompreensível era a sanha de Pedro II, em regra tão apegado ás soluções medias, que se forjou a lenda de que López pedira em casamento a princeza D. Leopoldina. Certo, nada há de verdade nesse facto, mas elle serve como uma explicação que o povo se deu do ódio do ultimo imperador do Brasil ao selvagem caudilho que dominou o povo paraguayo (p. 11).

Diferentemente de outras obras didáticas da época, a figura e o papel histórico desempenhado pelo Imperador Pedro II não foram abordados de forma positivada por Coutto. Na época em que Coutto escreveu sua obra didática, o estudo da História pátria era uma das principais – senão a principal – função do ensino escolar da História. Assim, estudar os grandes feitos dos considerados heróis nacionais seria uma das formas de despertar nos jovens um sentimento de nacionalidade, de amor e respeito à pátria e aos seus antepassados que teriam realizado sacrifícios para que nós, no momento, pudéssemos usufruir. Então, seriam personagens a serem não apenas lembrados, mas cultuados no panteão dos heróis nacionais. Para o historiador Renilson Rosa Ribeiro:

O Herói, em suas múltiplas versões, revela-se ao mundo por intermédio de feitos fantásticos, realizando atos de coragem, salvando vidas ou até mesmo oferecendo a sua própria por uma causa maior. E por seu gesto de nobreza torna-se um exemplo a ser lembrado e seguido. [...]. As aulas de História não fogem a esta regra e também trazem nas suas narrativas a presença de heróis, lideranças que se destacaram em determinadas situações ou eventos. As lições de História do Brasil por muito tempo se notabilizaram pelo relato de datas e feitos de grandes personagens, geralmente homens de Estado ou políticos, responsáveis pela edificação e defesa da nação em diferentes contextos (2014, p. 255).

Para Ribeiro, o livro didático de História foi/é “por excelência o território onde estas figuras [heróis nacionais] ganham vida e diferentes representações” (p. 266). Para o autor:

Na tradição didática brasileira a figura dos heróis sempre teve cadeira cativa nos livros didáticos e de leitura, nas festas e comemorações cívicas, tornando-se peça fundamental das engrenagens de manutenção de determinadas visões de mundo e de História. [...]. A saga destes grandes homens do passado, que compõe o enredo temático e temporal da história da nação, foi uma marca dos livros didáticos de História do Brasil desde meados do século XIX (2014, p. 255-256).

Coutto (1920), mesmo tendo apresentado uma visão crítica da participação do Império do Brasil na Guerra do Paraguai e evitado tratá-la como um grande feito nacional, se caracterizou por

deixar transparecer algumas expressões de cunho nacionalista. Não obstante, a edição analisada da obra de Coutto é de 1920 (primeira edição de 1918). Dito isto, a aparente contradição pode ser posta em seu devido lugar, pois as narrativas de valorização nacionalista, entre o final do século XIX e, sobretudo, a primeira metade do século XX, eram muito fortes no Brasil, diríamos até hegemônicas.

Contextualizando tal questão passamos a entender que, mesmo o autor em foco tendo apresentado uma visão extremamente crítica da política imperial em relação aos países vizinhos e considerado o imperialismo brasileiro como o responsável pela Guerra do Paraguai, as narrativas que apresenta, em relação a expressões nacionalistas que deixou entrever, estão condizentes com o próprio fazer histórico do período de produção de sua obra. Relevante mencionar que em momento algum Coutto apresenta uma proposta de narrativa antinacionalista, mas sim um questionamento à política imperial.

É possível perceber, a partir das conclusões acima, que o conhecimento histórico escolar, através de sua produção didática – mas não apenas em relação a ela –, mantém vínculos com a produção historiográfica em vários sentidos. Assim, é possível observar os vínculos existentes em relação à produção didática da História de Coutto (1920), em relação ao conteúdo curricular *Guerra do Paraguai*, com a perspectiva dos *positivistas ortodoxos*. Mais do que isso, é possível perceber como o livro didático, entendido como um dos elementos do currículo – tendo em vista que se configura como materializador de uma disciplina curricular –, se constitui enquanto uma construção histórica e social (GOODSON, 1997). Nesse caso, percebemos a seleção e a afirmação de uma perspectiva de abordagem teórica e historiográfica de um conteúdo curricular frente a outro concorrente, a perspectiva *memorialístico-militar-patriótica*.

Em Coutto (1920) identificamos poucas descrições de batalhas da guerra. Apesar de ter considerado o conflito uma “luta inútil”, não deixou de destacar “as glórias” brasileiras: “Além d’esta batalha notável cumpre assignalar como de valor, e grande, o combate naval de Riachuelo (11 de Junho de 1865) em que a esquadra brasileira sob o commando do almirante Barroso se cobriu de glória” (1920, p. 211).

Coutto apresenta uma visão positiva das Forças Armadas brasileiras. Segundo o próprio o autor, elas teriam realizado seu ofício com “bravura” e “patriotismo”, sendo a guerra resultado do “capricho” da política imperial. Apesar de Coutto (1920) ter considerado a Guerra do Paraguai como “uma lucta inútil” (p. 213), “provocada” e “mantida” pelo “capricho” de D. Pedro II, não deixou de reconhecer “o alto valor dos generaes e a bravura e o patriotismo dos soldados brasileiros [...]” (p. 213).

A guerra do Paraguay, para o Brasil, só serviu para realçar inequivocamente o valor dos nossos soldados –

bravo entre os bravos – que para se bater fal-o saciado ou faminto. Somente a bravura, a dedicação e o patriotismo das nossas forças de mar e terra se destacam nesse período (COUTTO, 1920, p. 11).

Em relação ao imperialismo brasileiro Coutto foi dúbio. Ao mesmo tempo em que apontou para a política brasileira no Prata como a *única responsável* pela Guerra do Paraguai, amenizou as intervenções brasileiras no Uruguai e na Argentina. O autor faz analogia entre o imperialismo britânico e o imperialismo brasileiro, destacando a seguinte contradição: o Brasil sofria o imperialismo britânico e, ao mesmo tempo, infligia a outros países menores o seu imperialismo:

Da attitude menos digna usada pelos povos fortes para com os que não dispõem de exércitos consideráveis e de armadas poderosas, teve o Brasil a prova, no papel de offendido, na pendência com a Inglaterra, conhecida por *Questão Christie*, do nome do plenipotenciário inglês [...] Este procedimento altamente condenável por parte da Inglaterra, e que é aliás o seguido por todos os países militarmente fortes, provocou da parte dos brasileiros revoltas justas e dignas. [...] Não é entretanto excusado lembrar que o mesmo praticava o Brasil com seus então fracos vizinhos, sem dúvida nossos inimigos, mas dignos de respeito e amparo. Não o entendia assim Pedro II, que a todo o momento nelles perturbava a ordem, indo até a prestar auxilio a caudilhos revoltados contra o poder instituído [...] Tão incorreta foi a conducta da Inglaterra nesse como em outros casos, como o é, em geral, a prepotência que os países pseudo-civilizados exercem contra os que lhe são inferiores em força armada (COUTTO, 1920, p. 204-207).

Em Coutto (1920), o Brasil figurou como uma potência regional, que interferiu nas questões internas dos países vizinhos. A Inglaterra, nesse sentido, exerceria um imperialismo global e o Brasil um imperialismo regional. O autor realizou uma severa crítica em relação aos países que, com força bélica superior, intervêm em países menores sob o pretexto civilizacional. Apesar de todas essas críticas realizadas por Coutto (1920), ele retomou a explicação corrente à época e afirmou:

[...] Diante de situação tão crítica em que nem os estrangeiros eram respeitados, a intervenção de qualquer potência interessada na paz americana se impunha; e o Brasil era obrigado a fazel-o, visto que lhe era favorável a autonomia completa do Uruguay (1920, p. 201. Grifos nossos).

Apesar de ter criticado fortemente o imperialismo brasileiro, Coutto (1920) apontou a intervenção do Brasil no Uruguai como algo a que foi obrigado a fazer, daí a contradição e a dubiedade do autor. Seguindo a visão historiográfica hegemônica da época, pautada pelo nacionalismo, Coutto (1920) afirmou que o Estado brasileiro se viu obrigado a intervir como forma de preservar a independência e a paz no Uruguai. O imperialismo/intervencionismo brasileiro aqui é amenizado, é visto como algo necessário. O Brasil resguardaria a independência e autonomia do

Uruguai, o defendendo do imperialismo de Rosas (Argentina)¹¹.

Entretanto, Coutto (1920) promove uma crítica ao governo de Pedro II, afirmando que ele garantiu a independência do Uruguai, mas em troca “exigia favores de alta monta”, como “exigir a devolução dos escravos que para lá fugissem” (p. 204). O autor destacou ainda os receios que os países vizinhos tinham da política externa do Império do Brasil.

Coutto destaca que a diplomacia brasileira soube explorar bem a situação para formar uma aliança. Enfatiza a “inhabilidade” diplomática de López ao atacar um país considerado neutro e aponta que “semelhante inabilidade foi inteligentemente explorada pelo governo brasileiro que firmou a aliança com a República Argentina e com o Uruguay”. (p. 209). Em relação ao Tratado da Tríplice Aliança, afirma o seguinte:

Não obstante estar o Brasil mal aparelhado para a guerra, seus recursos eram de tal natureza que dous annos depois de começo das operações López propunha a paz, **que só não foi aceita porque o governo imperial tinha assentado a sua expulsão do Paraguay, consoante o tratado firmado com a Argentina e o Uruguay. Neste tratado estatua-se que a guerra era feita a López e não á sua pátria, e que, terminada a campanha, seria feito o desarmamento do Paraguay, bem como lhe seria imposto o pagamento das despesas de guerra** (1920, p. 213-214. Grifo nosso).

Apesar de Coutto (1920) ter responsabilizado a política imperial e, particularmente, D. Pedro II pela Guerra do Paraguai, ele assinalou que as ações do governo brasileiro no Pós-Guerra teriam impedido as pretensões argentinas em relação ao Estado paraguaio:

Como compensação a esse erro gravíssimo [ter causado a guerra] terminada a campanha o Brasil conduziu-se com verdadeira nobreza e clara visão política, opondo-se às pretensões avassaladoras da República Argentina, que muito queria lucrar com uma Victoria para a qual pouco concorrera (COUTTO, 1920, p. 214).

Coutto, que se posicionou de forma veemente ao apontar o imperialismo brasileiro como originário da guerra, assinala, em contrapartida, que o Império brasileiro teria, inclusive, impedido às ânsias anexionistas do Estado argentino em relação ao Paraguai no Pós-Guerra. Este último período, inclusive, é marcado por uma lacuna nas produções historiográficas brasileiras, sobretudo, em relação a ocupação das Forças Armadas Aliadas no país guarani durante anos, mesmo após terminada a contenda.

¹¹O autor destaca até a “ajuda financeira” que o Império brasileiro fornecia na década de 1850 a setores políticos do Uruguai.

Considerações finais

Como pudemos assinalar ao longo deste texto, Coutto (1920) foi bastante explícito e enfático em afirmar que foi a política imperialista brasileira que gerou a Guerra do Paraguai. Contudo, ela é descrita como se resultasse da vontade própria (egoísmo) de D. Pedro II. Na narrativa de Coutto, algumas vezes, o imperialismo do Brasil é criticado, sendo apontado como o causador da Guerra do Paraguai, enquanto em outras é apontado como necessário, no sentido de preservar a independência e a paz no Uruguai. O Brasil é representado pelo autor tanto como uma potência regional imperialista que intervém nos países vizinhos, chegando a gerar sérios conflitos bélicos, como também mantenedora da integridade de países menores, a exemplo do Uruguai e Paraguai (do pós-guerra), indefesos frente ao imperialismo argentino.

Coutto (1920), que apresentou uma visão extremamente crítica da participação brasileira na Guerra do Paraguai, questionou os seus resultados para o Brasil, afirmando que ela “custou a vida de milhares de brasileiros e sacrifícios inúmeros à fortuna pública e particular” (p. 214). Para este autor, a Guerra do Paraguai teria entravado o “progresso da nação e arruinando-lhe as finanças, nenhum sucesso de grande monta teve logar...” (p. 215).

Parte-se da suposição de que se tenha constituído, nos livros didáticos de História no Brasil da primeira metade do século XX, uma memória histórica sobre a intervenção brasileira no Paraguai do Pós-Guerra fortemente pautada pela historiografia tradicional sobre a Guerra do Paraguai, em que se passou a destacar o governo brasileiro como *o garantidor da independência paraguaia* em relação às pretensões argentinas. Até mesmo autores dos livros didáticos que superaram – ou questionaram – tal perspectiva historiográfica, como Coutto, não refutaram esse papel delegado ao Brasil pela historiografia tradicional. Novamente é importante retomar a influência da historiografia na produção do conhecimento escolar da História e dos vínculos existentes entre os centros de produção do conhecimento histórico – sejam eles institutos históricos ou universidades – e a produção de saberes escolares. O livro *Pontos da História do Brasil*, de Pedro do Coutto, não pode ser entendido fora desse contexto historiográfico e curricular.

Referências

COUTTO, Pedro do. *Ponto da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 2ª Edição. 1920.

- DORATIOTO, Francisco. História e ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [em línea], colóquios, 2009, puesto em línea el 13 janvier 2009. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index49012.html>. Acessado em 20 jul. 2009.
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GOODSON, Yvor. *A construção social do currículo*. Lisboa: Editora EDUCA, 1997.
- MAESTRI, Mário. *La guerra en el papel: historia e historiografía de la guerra en el Paragauay (1864-1870)*. Asunción: Arandurã, 2016.
- NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set/1992 – Ago/1993.
- OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de & OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRRN, p.12-19, 2009.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. Entre Palmares e Vila Rica: os percursos da memória de Zumbi e Tiradentes nos livros didáticos de História do Brasil (séculos XIX e XX). In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. (Org.). *História e historiografia: perspectivas e abordagens*. 1ed. Recife/PE: Editora Universitária UFPE, p. 264-285, 2014.
- SALLES, André Mendes. Livros didáticos de História no Brasil e no Paraguai: a construção de saberes da História. *Revista de História Comparada (UFRJ)*, v. 14, p. 220-257, 2020.
- SALLES, André Mendes; BATISTA NETO, José. Narrativas escolares sobre a Guerra do Paraguai: construção de significados e identidades, no Brasil e no Paraguai, no século XXI. *Revista História Hoje*, v. 9, p. 110-136, 2020.
- SALLES, André Mendes; BATISTA NETO, José. A Guerra do Paraguai como conhecimento escolar: as razões para o conflito em livros didáticos de História do Brasil (1886-1999). In: SQUINELO, Ana Paula. (Org.). *150 anos após - a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. 1ªed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, v. 2, p. 77-107.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Legislação e Livro Didático de História. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir.. (Org.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. 1ªed. Natal: EDUFRRN, 2009, p. 21-32.
- TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *Contra Todos: a crítica positivista ortodoxa à Guerra contra o Paraguai (1889-1930)*. Passo Fundo: Clube de Autores, 2019.
- VECHIA, Ariclê; LORENZ, K. *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira - 1850-1951*. Curitiba: Edição dos Organizadores, 1998.